

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas opções constituídas pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: AGE = Advocacia-Geral do Estado de Sergipe; CIPA = comissão interna de prevenção de acidentes; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; CPC = Código de Processo Civil; CTN = Código Tributário Nacional; DF = Distrito Federal; FGTS = Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; IPI = imposto sobre produtos industrializados; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; IPTU = imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; ISSQN = imposto sobre serviços de qualquer natureza; ITBI = imposto sobre a transição *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física; ITCMD = imposto de transmissão *causa mortis* e doação; ITR = imposto sobre a propriedade territorial rural; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; MPU = Ministério Público da União; RGPS = regime geral de previdência social; RPPS = regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TJ/SE = Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Considerando os princípios constitucionais e legais, implícitos e explícitos, que regem a atividade da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público guiam a atuação do administrador, de modo que apenas o juízo discricionário excepciona-se ao controle judicial.
- Ⓑ Em decorrência do princípio da reserva legal, a administração pública está autorizada a fazer apenas aquilo que não seja legalmente proibido.
- Ⓒ De acordo com o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica para município inadimplente, ainda que o valor cobrado esteja sob questionamento em sede administrativa.
- Ⓓ Em virtude dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica, entende o STF que podem ser considerados válidos os atos praticados por agente público ilegalmente investido.
- Ⓔ Por ser um princípio estruturante implícito da atuação da administração pública, na prática, a supremacia do interesse público é um conceito jurídico indeterminável.

QUESTÃO 2

Com relação à administração indireta, assinale a opção correta.

- Ⓐ O consórcio público poderá ter personalidade jurídica de direito público ou privado, sendo que, em ambas as formas, terão de ser observadas as mesmas normas de direito público para o regime de pessoal.
- Ⓑ É possível criar uma empresa pública com capital minoritário de sociedade de economia mista, desde que a maioria do capital daquela pertença ao ente federativo que a instituir.
- Ⓒ Na contratação de parceria público-privada, a administração pública pode assumir a titularidade da maioria do capital com direito a voto das sociedades de propósito específico.
- Ⓓ Salvo os documentos e informações classificados como sigilosos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, os órgãos de controle externo têm direito ao acesso irrestrito aos dados mantidos por aquelas entidades.
- Ⓔ As normas gerais sobre licitações e contratos administrativos devem ser aplicadas primariamente às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.

QUESTÃO 3

Acerca do poder regulamentar e do regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STJ entende que a aplicação de multas previstas em resoluções editadas por agência reguladora do setor de aviação civil ofende o princípio da legalidade.
- Ⓑ A autonomia de gestão das agências executivas torna dispensável a celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor para o seu funcionamento.
- Ⓒ O período de quarentena, que é condição legal para ex-dirigentes iniciarem o exercício de atividade na iniciativa privada, tem como objetivo evitar transtornos e prejuízos à fiscalização das agências reguladoras.
- Ⓓ Observada a especificidade de sua atuação, as agências reguladoras têm competência para instituir modalidades próprias para a licitação e contratação de obras e serviços.
- Ⓔ A existência de subordinação hierárquica das agências reguladoras ao governo é exemplificada pela possibilidade de o interessado interpor recurso na pasta ministerial competente.

QUESTÃO 4

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

- A A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.
- B Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.
- C Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.
- D O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.
- E A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.

QUESTÃO 5

Com referência às formas de limitação da propriedade, à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e à desapropriação, assinale a opção correta.

- A Após o prazo fixado na lei que define a área sujeita ao direito de preempção, não viola o direito de preferência a venda de imóvel a particular mediante proposta diferente da apresentada ao poder público, ainda que sem previamente consultá-lo.
- B Em virtude da aplicação do princípio da isonomia, incide o prazo prescricional de três anos à pretensão do proprietário para a reparação de prejuízos decorrentes da requisição.
- C Enquanto a requisição administrativa pode ser gratuita ou remunerada, a ocupação temporária, devido ao seu caráter precário, será sempre gratuita.
- D Admite-se a instituição de servidão administrativa de bem da União por município, desde que declarada a utilidade pública e observado o procedimento da desapropriação.
- E Segundo o STJ, não incide o princípio da hierarquia federativa no exercício da competência concorrente para o tombamento de bens públicos, o que autoriza um município a tomar bens do respectivo estado.

QUESTÃO 6

À luz da doutrina e da jurisprudência sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- A **Situação hipotética:** Determinada propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social em metade de sua extensão, ao passo que, na outra metade, são cultivadas plantas psicotrópicas ilegais. **Assertiva:** Nessa situação, eventual desapropriação recairá somente sobre a metade que se destina ao cultivo de plantas psicotrópicas ilegais.
- B **Situação hipotética:** Um estado emitiu decreto expropriatório para a construção de um hospital. Após a execução do ato expropriatório, a região foi acometida por fortes chuvas, que destruíram um grande número de escolas. **Assertiva:** Nessa situação, se determinar a alteração da destinação do bem para a construção de escolas, o estado não terá obrigação de garantir ao ex-proprietário o direito de retrocessão.
- C **Situação hipotética:** Maria adquiriu um apartamento na cobertura de um edifício. Após a aquisição do imóvel, com a averbação do registro, Maria pleiteou indenização contra o estado, considerando a prévia existência de linha de transmissão em sua propriedade. **Assertiva:** Nessa situação, Maria terá direito a indenização, desde que o prejuízo alegado não recaia também sobre as demais unidades do edifício.
- D **Situação hipotética:** Um imóvel com área efetivamente registrada equivalente a 90% da sua área real, de propriedade de Pedro, foi objeto de desapropriação direta. **Assertiva:** Nessa situação, o pagamento de indenização a Pedro deverá recair sobre a totalidade da área real do referido imóvel.
- E Um imóvel rural produtivo, mas que não cumpre a sua função social, poderá ser desapropriado para fins de reforma agrária, segundo a CF.

QUESTÃO 7

À luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado e da improbidade administrativa.

- A Se um secretário de Estado autorizar a aquisição de equipamentos eletrônicos na loja de um irmão seu, sem licitação, mas com preços aquém dos praticados no mercado, não se configurará a prática de ato de improbidade administrativa, porque se trata de cargo em comissão e não haverá prejuízo ao erário.
- B Um governador de estado que realizar operações financeiras irregulares e sem a observância das normas legais estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que tenha as suas contas aprovadas pelo tribunal de contas pertinente.
- C Caso um motorista de concessionária de serviço de transporte coletivo atropеле um ciclista, a responsabilidade civil dessa concessionária será subjetiva, haja vista o fato de, nessa hipótese, o ciclista não ser usuário do serviço público.
- D Inexistirá responsabilização estatal por latrocínio que for praticado logo após a fuga de presos, uma vez que o dano não terá ocorrido enquanto os criminosos se encontravam sob a custódia estatal.
- E Uma empresa, concessionária de serviço de transporte aéreo, não terá direito a indenização estatal em decorrência de prejuízos extensivos e inviabilidade de desempenho do serviço após a regular edição de lei que impuser o congelamento de preços de tarifas aéreas, haja vista que, não havendo vícios na edição da lei, toda a sociedade deve submeter-se às alterações no cenário econômico advindas dessa intervenção estatal.

QUESTÃO 8

Acerca do regime de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

- A** Se o TJ/SE adquirir computadores por meio de ata de registro de preços, com bons preços de mercado, o estado de Sergipe poderá fazer aquisição semelhante, mediante adesão à referida ata. Nesse caso, em atenção aos princípios da eficiência e economicidade, será desnecessária a anuência do TJ/SE.
- B** Caso opte pelo regime diferenciado de contratação para a contratação de determinado serviço de engenharia, a administração pública poderá, mediante a devida justificativa formal, selecionar licitantes pela marca dos produtos a serem utilizados no serviço, mas não poderá exigir requisitos de sustentabilidade ambiental.
- C** Se o estado de Sergipe e o governo federal pretenderem firmar um contrato de programa para a gestão associada de serviço de saúde nas regiões carentes desse estado, ter-se-á, nesse caso, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.
- D** Caso um estado da Federação realize um pregão para a aquisição de material de expediente, a classificação das propostas, nesse caso, poderá ser feita pelo critério de melhor técnica.
- E** É hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de serviço técnico especializado, de natureza singular, executado por profissional de notória especialização, sendo imprescindível a justificativa dos preços contratados.

QUESTÃO 9

Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.
- B** A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.
- C** Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.
- D** Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.
- E** Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

QUESTÃO 10

A AGE, instituição permanente e essencial à justiça, tem por finalidade a preservação dos interesses do estado e o resguardo da legalidade e da moralidade administrativas. De acordo com a Lei Orgânica da AGE (Lei Complementar n.º 27/1996), assinale a opção correta.

- A** A representação judicial e extrajudicial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe não compete à AGE, pois esse instituto não integra a estrutura do estado.
- B** Um procurador do estado de Sergipe que, estando em estágio probatório, for nomeado como secretário de Estado terá direito a computar o período no desempenho da atividade de secretário de Estado para fins de estágio probatório.
- C** Em nome do princípio da preservação da unidade familiar, uma procuradora do estado de Sergipe terá direito a cessão para procuradoria de outra unidade federada, caso seu cônjuge ali tenha sido nomeado para o mesmo cargo.
- D** Um procurador do estado de Sergipe que conte com quinze anos de exercício nesse cargo e que, nesse período, goze dois anos de licença para cursar mestrado terá direito a adicional de tempo de serviço equivalente a 15% do seu vencimento básico.
- E** Compete exclusivamente à AGE a cobrança dos débitos inscritos na dívida ativa do estado, excetuados aqueles débitos inferiores a R\$ 1.000.

QUESTÃO 11

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 37. (...)

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

Art. 216. (...)

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Constituição da República Federativa do Brasil.

Quanto ao grau de eficácia, as regras constitucionais anteriormente apresentadas classificam-se, respectivamente, como regras de eficácia

- A** plena, limitada e contida.
- B** limitada, contida e programática.
- C** contida, plena e limitada.
- D** plena, contida e limitada.
- E** plena, programática e contida.

QUESTÃO 12

Conforme estabelecido na CF, o poder constituinte derivado reformador

- A** não sofre limitações materiais.
- B** pode ampliar as cláusulas pétreas.
- C** é poder jurídico, também sendo denominado poder constituinte difuso.
- D** pode ser limitado em determinadas circunstâncias.
- E** não pode ampliar os direitos fundamentais.

QUESTÃO 13

Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como

- A** democrático, embasado no princípio da igualdade.
- B** republicano, fundamentado na alternância do poder.
- C** republicano, sendo essa forma protegida como cláusula pétrea.
- D** Estado democrático de direito.
- E** federativo, sujeito ao princípio da indissolubilidade.

QUESTÃO 14

De acordo com as súmulas vinculantes do STF, será constitucional lei estadual que disponha sobre o(a)

- A** utilização de índice federal de correção monetária para reajustar vencimentos de servidores estaduais.
- B** valor de depósito prévio para admissibilidade de recurso em ente público estadual.
- C** vedação do pagamento de auxílio-alimentação aos servidores estaduais inativos.
- D** estabelecimento de bingos e loterias no âmbito estadual.
- E** horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

QUESTÃO 15

De acordo com a CF e a jurisprudência do STF, o procurador-geral de estado

- A** perderá o cargo efetivo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.
- B** deve, necessariamente, ter sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.
- C** goza da garantia de inamovibilidade.
- D** ocupa cargo comissionado de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado.
- E** tem competência para a iniciativa de lei ordinária sobre a organização da procuradoria-geral do estado.

QUESTÃO 16

À luz da disciplina estabelecida na CF, poderá ocorrer intervenção dos estados em seus municípios

- A** se não houver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção da segurança pública.
- B** para manter a integridade nacional.
- C** caso as receitas tributárias constitucionalmente previstas deixem de ser entregues aos estados.
- D** caso deixe de ser paga, por dois anos consecutivos e sem motivo de força maior, a dívida fundada.
- E** para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

QUESTÃO 17

Em determinado estado, o governador enviou à assembleia legislativa um projeto de lei sobre a criação de cargos na administração direta estadual, bem como sobre a remuneração desses cargos. Os parlamentares apresentaram emendas a esse projeto, e seu conteúdo foi posteriormente sancionado pelo governador.

Nessa situação hipotética, a lei originada será considerada

- A** formalmente constitucional, desde que as emendas não tenham gerado aumento de despesa.
- B** formalmente constitucional, desde que, caso tenha havido emendas incrementadoras do dispêndio, elas tenham indicado as fontes de seus recursos.
- C** inconstitucional, por vício de iniciativa.
- D** formalmente inconstitucional, pois as referidas emendas parlamentares são inadmissíveis.
- E** formalmente constitucional, pois a sanção do governador acarretou a convalidação das referidas emendas.

QUESTÃO 18

Determinada demanda judicial, em que são partes um estrangeiro residente no Brasil e um estado da Federação, prolonga-se por vinte e cinco anos.

Nesse caso, à luz da legislação e da doutrina constitucional, o direito à razoável duração do processo

- A** é norma programática e não gera efeitos individuais imediatos no caso concreto.
- B** é aplicável em favor do estrangeiro na esfera judicial, mas não o seria no âmbito administrativo.
- C** pode amparar ambas as partes e ter efeitos imediatos sobre a situação individual cogitada.
- D** não ampara o estado da Federação, por se tratar de direito individual oponível contra o Estado.
- E** não ampara o estrangeiro, por ausência de previsão no texto constitucional.

QUESTÃO 19

Embora o sistema brasileiro não admita o controle jurisdicional da constitucionalidade material dos projetos de lei, a jurisprudência do STF reconhece, excepcionalmente, que tem legitimidade para impetrar mandado de segurança

- A** o parlamentar ou o MP, em se tratando de proposta de emenda à CF ou projeto de lei tendente a abolir cláusula pétrea.
- B** qualquer cidadão ou o MP, se o projeto de lei tender a abolir cláusula pétrea.
- C** apenas o MP, caso se trate exclusivamente de proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusula pétrea.
- D** o parlamentar, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposição tendente a abolir cláusulas pétreas.
- E** a mesa de qualquer uma das casas legislativas, para impugnar inconstitucionalidade formal no processo legislativo ou proposta de emenda à CF tendente a abolir cláusulas pétreas.

QUESTÃO 20

O CNJ, órgão do Poder Judiciário que possui somente atribuições de natureza administrativa,

- A poderá, apenas por provocação, rever processos disciplinares de membros de tribunais, sem nenhum limite temporal.
- B não terá competência para zelar pela autonomia do Poder Judiciário.
- C é composto por membros com mandato de quatro anos, admitindo-se uma reeleição.
- D é presidido pelo presidente do STF ou, na sua ausência, pelo presidente do STJ.
- E poderá, de ofício, rever processos disciplinares de juízes julgados há menos de um ano.

QUESTÃO 21

Carlos, proprietário de um terreno, concedeu a Pedro, mediante escritura pública registrada, o direito de cultivar esse terreno pelo período de três anos.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o Código Civil,

- A em caso de falecimento de Pedro, o direito poderá ser transferido a seus herdeiros ou a terceiros.
- B Carlos poderá alienar o direito de cultivo durante o prazo estipulado, mas não poderá alienar o imóvel objeto da concessão.
- C Pedro poderá fazer obra no subsolo para guardar em depósito os insumos destinados à plantação.
- D caso o imóvel seja desapropriado, Pedro também fará jus à indenização.
- E Carlos continuará obrigado ao pagamento dos tributos que incidirem sobre o terreno.

QUESTÃO 22

O direito que o vendedor de um imóvel guarda de reavê-lo, no prazo máximo previsto no Código Civil, restituindo ao comprador o valor recebido e reembolsando-lhe as despesas — entre elas, as que se efetuaram mediante autorização escrita do proprietário bem como aquelas destinadas à realização de benfeitorias necessárias —, constitui a

- A venda a contento.
- B resolução potestativa.
- C retrovenda.
- D preempção.
- E reserva de domínio.

QUESTÃO 23

Se uma pessoa, no dia 5 de dezembro de 2017, terça-feira, sofrer dano material em decorrência de acidente provocado por motorista que avançou sobre a faixa de pedestre, o prazo prescricional para que ela obtenha a indenização será contado a partir do dia

- A 5 de dezembro de 2017.
- B 11 de dezembro de 2017.
- C 6 de dezembro de 2017.
- D 8 de dezembro de 2017.
- E 7 de dezembro de 2017.

QUESTÃO 24

Uma construtora realizou parcelamento de solo urbano, mediante loteamento, sem observância das disposições legais. Nesse caso, de acordo com o entendimento do STJ,

- A o município tem responsabilidade solidária pela regularização do loteamento, devendo pagá-la ainda que o loteador possa fazê-lo.
- B a responsabilidade do município em regularizar o loteamento, embora discricionária, é de execução imediata.
- C a regularização do loteamento deverá ser decidida em ação civil pública.
- D o poder da administração pública de regularizar o loteamento é discricionário.
- E o município terá o poder-dever para regularizar o loteamento.

QUESTÃO 25

A respeito das obrigações solidárias e indivisíveis, julgue os itens a seguir.

- I Nas obrigações indivisíveis, o codevedor só deve a sua cota-parte, mas poderá ser obrigado pela dívida toda.
- II Ainda que a obrigação se resolva em perdas e danos, persistirão a solidariedade e a indivisibilidade da obrigação.
- III Nas obrigações solidárias, é vedada a estipulação de modalidades diversas para algum dos codevedores.
- IV O devedor poderá opor a um dos credores solidários exceções pessoais oponíveis a outros credores.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 26

A adaptação de lei, por um intérprete, às exigências atuais e concretas da sociedade configura interpretação

- A histórica.
- B sistemática.
- C sociológica.
- D analógica.
- E autêntica.

QUESTÃO 27

Assinale a opção que apresenta o conceito de condição, no âmbito dos negócios jurídicos.

- A Cláusula que sujeita o negócio ao emprego das técnicas de domínio do devedor.
- B Cláusula que submete a eficácia do negócio jurídico a determinado acontecimento.
- C Acontecimento futuro e certo que suspende a eficácia de um negócio jurídico.
- D Imposição de obrigação ao beneficiário de determinada liberalidade.
- E Cláusula que visa eliminar um risco que pesa sobre o credor.

QUESTÃO 28

Aquele que receber, de forma indevida, mas de boa-fé, pagamento relativo a um contrato

- A** responderá pela deterioração da coisa.
- B** não terá direito de retenção de valores relativos às benfeitorias necessárias.
- C** estará desobrigado de restituir a coisa caso o indébito tenha natureza objetiva.
- D** fará jus aos frutos decorrentes da coisa recebida.
- E** não terá direito à indenização por benfeitorias úteis.

QUESTÃO 29

De acordo com a classificação doutrinária dos bens, o valor pago a título de aluguel ao proprietário de um imóvel é denominado

- A** fruto.
- B** pertença.
- C** benfeitoria.
- D** imóvel por acessão.
- E** produto.

QUESTÃO 30

Com relação às normas processuais, ao litisconsórcio, à jurisdição e aos deveres das partes, julgue os seguintes itens, de acordo com o CPC.

- I A boa-fé no direito processual civil exige a verificação da intenção do sujeito processual.
- II A limitação do litisconsórcio facultativo multitudinário, quando realizada pelo juiz em razão de número excessivo de litigantes, pode ocorrer na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução.
- III A pendência de causa que tramita na justiça brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- IV Os emolumentos devidos a notário ou registrador em decorrência da prática de registro de ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial são alcançados pelo benefício da gratuidade de justiça que tenha sido concedido.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 31

Ao tratar das hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, o CPC determina que o julgamento antecipado do mérito

- A** somente deve ser utilizado se o juiz estiver apto a prolatar decisão líquida; caso contrário, este deve prolongar a fase de conhecimento.
- B** pode ser realizado de modo parcial, por meio de decisão interlocutória impugnável por agravo de instrumento.
- C** depende, para que seja legitimamente procedido, da existência de precedente firmado no julgamento de casos repetitivos.
- D** deve ser utilizado sempre que o réu for revel, porque, nesses casos, a instrução probatória é desnecessária.
- E** deve ser feito com a utilização da técnica processual denominada tutela provisória, nas modalidades de urgência ou de evidência.

QUESTÃO 32

Flávio ajuizou ação contra a fazenda pública, requerendo o pagamento de indenização no valor de cem mil reais. Em sentença, o magistrado condenou a fazenda pública ao pagamento de cinquenta mil reais em favor de Flávio, determinando, ainda, que ambas as partes pagassem cinco mil reais a título de honorários de sucumbência. Autor e réu apelaram integralmente da sentença nos limites de suas respectivas sucumbências.

Nessa situação hipotética, o tribunal,

- A** se der provimento de forma integral apenas à apelação da fazenda pública, deverá redistribuir os honorários fixados em primeiro grau e arbitrar honorários de sucumbência recursal.
- B** para redistribuir o valor da verba honorária fixada pelo juiz, deverá utilizar livremente o critério da equidade, independentemente do resultado do julgamento dos recursos.
- C** caso negue provimento a ambos os recursos, não poderá majorar a verba honorária fixada pela sentença.
- D** para aumentar a verba honorária, dependerá, necessariamente, de que um dos apelantes tenha pedido a majoração dos honorários em seu recurso.
- E** caso negue provimento aos recursos e mantenha a sentença, deverá determinar a compensação da verba honorária devida por cada uma das partes.

QUESTÃO 33

Um indivíduo ajuizou demanda com pedido de natureza patrimonial que versa sobre questão jurídica referente à aplicação da legislação estadual. Ao receber a petição inicial, o juiz percebeu que o único pedido apresentado contraria enunciado de súmula do tribunal de justiça local sobre interpretação da legislação estadual.

Nessa situação hipotética, presentes os requisitos de admissibilidade da demanda, e se a causa dispensar fase instrutória, o magistrado

- A** deverá citar o réu para audiência de conciliação, que, nesse caso, deve ser obrigatoriamente realizada.
- B** somente poderá decidir liminarmente o mérito caso já tenha proferido sentença de total improcedência em outros casos idênticos, devendo o juiz reproduzir o teor de decisão prolatada anteriormente.
- C** poderá dispensar a citação do réu e julgar liminarmente improcedente o pedido, desde que demonstre que a súmula reflete entendimento decorrente de julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D** deverá, obrigatoriamente, antes de tomar decisão, dar ao réu a oportunidade de se manifestar, porque é necessário observar o contraditório ainda que o juiz trate de matéria que possa conhecer de ofício.
- E** deverá julgar liminarmente improcedente o pedido, e o autor poderá apelar, sendo admissível a retratação do magistrado após a interposição do referido recurso.

QUESTÃO 34

Caso dois particulares litiguem em demanda que tramite pelo procedimento comum, a intimação do advogado do réu pelo advogado do autor, de acordo com as regras previstas no CPC,

- A** embora contenha vício de forma por ausência de previsão legal, poderá ser convalidada, caso ocorra o comparecimento espontâneo e tempestivo do réu nos autos.
- B** deverá ser considerada nula de pleno direito, pois somente o cartório do juízo pode ser responsável por realizar atos de intimação às partes.
- C** será possível, desde que seja realizada pelo correio, devendo o advogado do autor juntar aos autos cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.
- D** poderá ser feita por meio eletrônico, desde que seja comprovado que o advogado do réu recebeu cópia do pronunciamento que é objeto da intimação.
- E** somente poderá ser feita se houver convenção processual realizada entre as partes que autorize a utilização dessa forma de intimação.

QUESTÃO 35

De acordo com a jurisprudência do STJ e à luz do CPC, assinale a opção correta a respeito dos procedimentos especiais.

- A** No procedimento de inventário e partilha que tramita pelo rito tradicional, o juiz possui competência para, no momento de julgamento do cálculo do imposto de transmissão, apreciar eventual pedido de isenção relacionado a esse tributo.
- B** O procedimento denominado habilitação deve ser usado para regularizar a sucessão processual, seja em razão de morte da parte ou em decorrência de ato entre vivos, como no caso de alienação de bem litigioso.
- C** Nos procedimentos previstos para as ações de família, será sempre obrigatória a participação do MP, como fiscal da ordem jurídica em razão da natureza da matéria que é objeto do litígio.
- D** Caso seja ajuizada ação monitória em face da fazenda pública, o magistrado deverá extinguir o processo sem resolução de mérito, pois esse procedimento é incompatível com as prerrogativas fazendárias.
- E** Nas ações possessórias, é vedado ao autor cumular pedido de indenização com pedido de reintegração ou de manutenção da posse.

QUESTÃO 36

O tribunal de justiça de um estado, ao dar provimento à apelação interposta pela companheira de servidor falecido, em ação ajuizada contra a administração pública, condenou o ente público a pagar à autora, retroativamente, valores referentes à pensão por morte desde a data do óbito do servidor, além de determinar a imediata implementação da pensão em folha de pagamento. O ente público interpôs, então, recurso especial apenas em relação ao capítulo da obrigação de fazer, tendo sido o recurso recebido somente com efeito devolutivo.

Nessa situação hipotética, de acordo com a legislação processual e com a jurisprudência dos tribunais superiores,

- A** será possível o cumprimento provisório de obrigação de fazer contra a fazenda pública, bem como o cumprimento definitivo da decisão que reconheceu obrigação de pagar.
- B** o cumprimento provisório da obrigação de pagar poderá ser realizado, mas os atos executórios referentes à obrigação de fazer somente poderão ser efetivados quando ocorrer o trânsito em julgado de todos os capítulos do acórdão.
- C** é vedada a execução provisória da obrigação de fazer, mas o adimplemento dessa modalidade obrigacional não se submete ao regime de precatórios.
- D** os valores referentes à obrigação de fazer deverão ser pagos por precatório, o qual somente deverá ser expedido após o trânsito em julgado.
- E** o cumprimento de sentença pela fazenda, seja em relação à obrigação de pagar, seja em relação à obrigação de fazer, deverá aguardar o trânsito em julgado de todos os capítulos do acórdão.

QUESTÃO 37

Ao realizar o juízo de admissibilidade de recurso especial, o vice-presidente de um tribunal de justiça, em decisão monocrática, negou seguimento ao recurso por considerar, simultaneamente, que não existiam pressupostos de admissibilidade recursal e que o acórdão impugnado pelo recorrente estava em conformidade com precedente firmado pelo STJ em sede de recurso repetitivo.

Nessa situação hipotética, para impugnar integralmente a decisão que obsta o prosseguimento do recurso ajuizado, a parte interessada deverá

- A** interpor novo recurso especial.
- B** interpor recurso de agravo em recurso especial.
- C** interpor recurso de agravo interno.
- D** interpor, simultaneamente, recurso de agravo interno e recurso de agravo em recurso especial.
- E** impetrar mandado de segurança, pois não existe recurso previsto em lei para essa situação.

QUESTÃO 38

Duas sociedades empresárias firmaram contrato que contém cláusula compromissória de convenção de arbitragem com a previsão de que eventual litígio de natureza patrimonial, referente ao contrato, deveria ser submetido a tribunal arbitral.

Nessa situação hipotética, caso seja instaurado procedimento arbitral,

- A** o magistrado poderá, de ofício, reconhecer a existência de convenção de arbitragem e extinguir o processo sem resolução do mérito, se o litígio referente ao contrato também for levado ao Poder Judiciário.
- B** em eventual execução judicial de sentença arbitral, será vedado ao réu arguir nulidade da decisão arbitral por meio de impugnação ao cumprimento de sentença, devendo o interessado utilizar ação própria para esse fim.
- C** as partes não estarão obrigadas a se submeter a esse procedimento, uma vez que a convenção de arbitragem é nula, por excluir da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- D** a opção feita pelas partes pela arbitragem deverá ser considerada legítima, e a sentença do árbitro, título executivo extrajudicial, conforme o CPC.
- E** eventual cumprimento de carta arbitral no Poder Judiciário, referente ao caso, deverá tramitar em segredo de justiça, se houver comprovação de confidencialidade da arbitragem.

QUESTÃO 39

Julgue os itens a seguir, referentes à ação civil pública, ao mandado de segurança, à ação popular e à reclamação.

- I De acordo com o STJ, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, possuem legitimidade para propositura de pedido de suspensão de segurança, notadamente, quando atuam na defesa do interesse público primário.
- II Segundo a jurisprudência do STJ, a legitimidade para a defensoria pública propor ação civil pública se restringe às hipóteses em que haja proteção de interesse de hipossuficientes econômicos.
- III Conforme entendimento majoritário da doutrina, o cidadão-eleitor de dezesseis anos possui plena capacidade processual para o ajuizamento de ação popular.
- IV O CPC assegura, na sessão de julgamento de reclamação, o direito à sustentação oral das partes e do MP, nos casos de intervenção deste.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 40

Um elemento que integra o conceito de culpabilidade aplicado ao direito brasileiro é o(a)

- A** obediência hierárquica.
- B** dolo.
- C** real consciência da ilicitude.
- D** nexa causal.
- E** exigibilidade de conduta diversa.

QUESTÃO 41

Com relação aos crimes previstos na Lei de Licitações e Contratos da administração pública,

- A** o crime de frustrar, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter para si vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, pode ser imputado somente a funcionário público.
- B** todos os crimes tipificados na referida lei são de ação penal pública condicionada, não dependendo, para sua promoção, do MP.
- C** é incabível, nas hipóteses dessa legislação, a propositura de ação penal privada subsidiária da pública uma vez que a mencionada lei se refere a crimes de ação penal pública.
- D** é incabível a aplicação da substituição da pena privativa de liberdade.
- E** o crime de dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais configura-se pela exigência do dolo específico de causar dano ao erário e do efetivo prejuízo à administração pública.

QUESTÃO 42

José, cidadão comum, julgando obter sucesso em suas investidas amorosas, começa a se passar por agente da Polícia Federal, até mesmo utilizando uma sirene em seu veículo com o objetivo de dar credibilidade à sua atuação.

Nessa situação hipotética,

- A** a conduta de José deve ser considerada atípica, visto que o decreto-lei que regulamenta as contravenções penais não foi recepcionado pela CF.
- B** a prisão em flagrante de José é cabível, uma vez que a conduta praticada por ele é de natureza permanente.
- C** a competência para julgar a referida contravenção penal é da justiça estadual.
- D** a ação penal nas contravenções deverá ser iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- E** é cabível a prisão preventiva de José, mesmo que seja primário, em razão não somente da periculosidade de sua conduta, mas também da garantia da ordem pública.

QUESTÃO 43

Francisco foi acusado de prevaricação por ter deixado de praticar ato legal com a finalidade de satisfazer interesse pessoal. Em sentença, o juiz absolveu Francisco, sob o fundamento de que não ficou demonstrado o interesse pessoal perseguido, e julgou atípica a conduta do funcionário público.

Nessa situação hipotética,

- A** o crime do qual Francisco fora acusado é punível na modalidade culposa.
- B** a absolvição penal impede a propositura de ação cível de reparação de danos promovida pelo ente público contra Francisco.
- C** seria cabível a prisão temporária de Francisco, dado o crime pelo qual ele fora acusado.
- D** a sentença foi acertada porque o crime exige, para sua configuração, dolo específico consubstanciado na satisfação do interesse ou sentimento pessoal.
- E** a sentença pode ser questionada por meio de recurso em sentido estrito, a ser aviado pelo MP.

QUESTÃO 44

A respeito de inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** O arquivamento desse tipo de investigação criminal nunca faz coisa julgada material, podendo a investigação ser desarquivada a qualquer tempo, se surgirem novas provas.
- B** A prorrogação de prazo em inquéritos policiais para ulteriores diligências é possível quando o fato for de difícil elucidação, ainda que o indiciado esteja preso.
- C** O arquivamento desse conjunto de atos e diligências pode ser determinado, de ofício, pelo magistrado.
- D** O inquérito policial, por ser uma peça investigatória obrigatória, não pode ser dispensado quando da propositura da ação penal.
- E** O inquérito policial pode ser instaurado com base em denúncia anônima, desde que comprovada por elementos informativos prévios que denotem a verossimilhança da comunicação.

QUESTÃO 45

Ainda com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** Poderá ser decretada pelo magistrado a prisão preventiva fundamentada exclusivamente no clamor social provocado pelo indiciado.
- B** É vedado à autoridade policial o prosseguimento das investigações após o início do processo criminal.
- C** A vítima, em decorrência do seu direito líquido e certo, pode, na ação penal pública, impetrar mandado de segurança contra o arquivamento do inquérito.
- D** O indiciamento pode ser determinado pelo membro do MP quando a autoridade policial se recusar a fazê-lo.
- E** É cabível o trancamento de inquérito policial quando sua duração for desarrazoadamente excessiva, o que permite a reabertura, caso surjam novas provas.

QUESTÃO 46

No que concerne ao crime de tortura, assinale a opção correta.

- A** O indivíduo que se omite ante a prática de tortura quando deveria evitá-la responde igualmente pela conduta realizada.
- B** A legislação especial brasileira concernente à tortura aplica-se somente aos crimes ocorridos em território nacional.
- C** No crime de tortura, a prática contra adolescente é causa de aumento de pena de um sexto até um terço.
- D** A condenação de funcionário público por esse crime gera a perda do cargo, desde que a sentença assim determine e que a pena aplicada seja superior a quatro anos.
- E** A submissão de pessoa presa a sofrimento físico ou mental por funcionário público que pratique atos não previstos em lei exige o dolo específico.

QUESTÃO 47

Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** O defensor dativo, constituído pelo juiz no processo penal, é considerado funcionário público para fins penais.
- B** Caracteriza o crime de desobediência o descumprimento de solicitação realizada por funcionário público.
- C** Pratica o crime de corrupção ativa o particular que oferece dinheiro ao perito para atestar informação falsa em laudo pericial.
- D** A caracterização do crime de desacato, em razão da natureza de ação penal pública, pode se dar mesmo quando o funcionário público não se manifeste ofendido pelo particular.
- E** Pratica o crime de tráfico de influência o servidor público que, fazendo uso de sua função pública, exhibe seu documento funcional para conseguir algum préstimo de outro funcionário público.

QUESTÃO 48

A propositura de ação na esfera cível ou administrativa é impedida por

- A** sentença que entenda atípica a conduta praticada pelo réu.
- B** sentença que verifique a inexistência material do fato.
- C** sentença que absolva o acusado por não haver provas da sua coparticipação na infração penal.
- D** despacho que determine o arquivamento do inquérito policial.
- E** sentença que absolva o réu por ausência de provas.

QUESTÃO 49

O sistema sindical brasileiro foi estabelecido para manter a correspondência entre a classe trabalhadora e a empresarial, de modo que, para cada sindicato representativo da categoria profissional, deve existir um sindicato representativo da categoria econômica correspondente. Essa regra, que não se aplica à categoria profissional diferenciada, denomina-se

- A** dissociação sindical.
- B** desmembramento sindical.
- C** paralelismo simétrico sindical.
- D** adequação setorial negociada.
- E** unicidade sindical.

QUESTÃO 50

De acordo com o entendimento do TST, se determinada empresa, que conta com cento e cinquenta empregados, dispensar, sem justa causa, trabalhador com deficiência e não fizer, nos termos da legislação pertinente, a contratação de outro empregado nas mesmas condições, tal dispensa será considerada

- A** legal, porque não há obrigação legal de o empregador contratar trabalhadores com deficiência.
- B** legal, desde que a empresa mantenha o percentual mínimo legal de cargos preenchidos por trabalhadores com deficiência.
- C** ilegal, devido ao fato de não haver justo motivo.
- D** ilegal, porque os trabalhadores com deficiência possuem garantia de emprego por tempo indeterminado.
- E** ilegal, ainda que não interfira no atendimento ao percentual mínimo legal de cargos preenchidos por trabalhadores com deficiência.

QUESTÃO 51

Uma lei estadual ampliou para cento e oitenta dias a licença-maternidade para as servidoras gestantes submetidas ao regime estatutário. Com base nisso, uma empregada pública celetista do mesmo estado da Federação requereu para si, em juízo, a extensão do referido benefício.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do TST, o requerimento de extensão do benefício

- A** deverá ser atendido, pois não pode haver discriminação entre as mulheres no ambiente laboral.
- B** não poderá ser atendido, visto que a requerente está submetida a regime jurídico diverso daquele do grupo que lhe serviu de paradigma.
- C** não poderá ser atendido, porque a CLT proíbe equiparação de qualquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- D** deverá ser atendido, visto que, nesse caso, se deve aplicar o princípio da isonomia.
- E** deverá ser atendido, porque o real beneficiário do direito à licença-maternidade é o nascituro.

QUESTÃO 52

No que concerne à equiparação salarial, julgue os seguintes itens à luz do entendimento do TST.

- I Desde que observados os requisitos legais, a equiparação salarial alcança os trabalhos intelectuais desenvolvidos pelos trabalhadores.
- II Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.
- III A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando a denominação dada aos cargos.
- IV Para configurar-se a equiparação, é imprescindível que, ao tempo da reclamação sobre a equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** I, II e IV.

QUESTÃO 53

De acordo com o TST, nos casos permitidos em lei, havendo convocação do empregado para trabalhar no domingo ou feriado, a empresa deverá remunerar o empregado

- A** em valor correspondente ao dia de trabalho, sem perda da remuneração relativa ao repouso semanal.
- B** em valor correspondente ao dia de trabalho.
- C** em dobro ou conceder-lhe outro dia de folga para compensar o trabalho prestado.
- D** em dobro ou conceder-lhe dois dias de folga.
- E** em dobro, com perda da remuneração relativa ao repouso semanal.

QUESTÃO 54

Segundo o TST, o regime de compensação de jornada de trabalho terá validade garantida apenas se for ajustado mediante

- A** acordo individual tácito ou escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- B** acordo individual tácito ou escrito, acordo coletivo, convenção coletiva ou arbitragem.
- C** convenção coletiva.
- D** acordo coletivo ou convenção coletiva.
- E** acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

QUESTÃO 55

Tendo em vista que a contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, mas não sobre as parcelas de natureza indenizatória, assinale a opção que apresenta parcela de natureza remuneratória.

- A** participação do empregado nos lucros ou nos resultados da empresa
- B** alimentação decorrente do Programa de Alimentação do Trabalhador
- C** vale-transporte
- D** diárias de viagem excedentes a 50% do salário do empregado
- E** abono pecuniário concernente à conversão de um terço do período de férias

QUESTÃO 56

Com o desmembramento do município X, foi criado o município Y. Nessa situação hipotética, segundo o TST, a responsabilidade trabalhista quanto aos empregados municipais deverá ser suportada

- A** pelo município Y, que deverá suceder os empregados do município X contratados antes da criação do novo município.
- B** pelo estado-membro a que os municípios pertencem.
- C** por cada um dos municípios pelo período em que cada um deles figurar como real empregador.
- D** pelos dois municípios, solidariamente, independentemente do período de vinculação dos empregados.
- E** pelo município X, subsidiariamente, em relação aos empregados contratados pelo município Y.

QUESTÃO 57

Segundo o TST, a concessão parcial ou a não concessão do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, obriga o empregador ao pagamento

- A** do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- B** do período suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor do salário básico da hora normal de trabalho.
- C** total do período correspondente ao repouso, sem acréscimo remuneratório.
- D** total do período correspondente ao repouso, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- E** do período suprimido, sem acréscimo remuneratório.

QUESTÃO 58

Empregado de empresa de serviços gerais e conservação que prestava serviços para uma autarquia ajuizou reclamação trabalhista em desfavor desta e de sua empregadora, pleiteando o pagamento de horas extras e dando à causa o valor equivalente a trinta e oito salários mínimos.

Considerando-se a legislação pertinente e o rito processual trabalhista, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- A** a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento ordinário.
- B** cada uma das partes poderá requerer a oitiva de até seis testemunhas.
- C** em razão da obrigatoriedade de recurso no caso de uma autarquia ser vencida na demanda, o magistrado não poderá tentar a conciliação.
- D** a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento sumaríssimo.
- E** caso a petição inicial não apresente os pedidos liquidados, o processo será arquivado, com condenação ao pagamento de custas.

QUESTÃO 59

Com relação às audiências no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** A contestação deverá ser apresentada no prazo de quinze dias a contar da data da audiência de conciliação.
- B** As partes formularão perguntas diretamente às testemunhas, em atenção ao disposto no CPC vigente.
- C** Após o interrogatório pessoal dos litigantes, a instrução processual poderá prosseguir sem as partes, permanecendo os seus representantes.
- D** O termo de conciliação em audiência vale como decisão irrecorrível e oponível *erga omnes*.
- E** As partes, ao comparecerem em audiência, devem estar acompanhadas de seu procurador ou defensor público.

QUESTÃO 60

Com relação aos recursos no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

- I É cabível recurso ordinário de decisões definitivas das varas ou tribunais, porém não cabe de decisões terminativas ou monocráticas.
- II A CLT determina ser cabível, em dissídios individuais e coletivos, recurso de revista para as turmas do TST.
- III Não caberá agravo de instrumento contra decisões que indefiram a produção de provas.
- IV Na hipótese de decisão proferida em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, têm legitimidade para interpor recurso, além dos interessados, o presidente do tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** I, II e IV.

QUESTÃO 61

Julgue os seguintes itens, acerca da execução no processo do trabalho.

- I A execução de contribuição social devida em decorrência de decisão condenatória de tribunal do trabalho será iniciada de ofício.
- II O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será resolvido por decisão interlocutória passível de agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.
- III Da decisão sobre os embargos à execução caberá recurso ordinário no prazo de oito dias.
- IV Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão opostos no juízo deprecante caso a referida carta já tenha sido devolvida.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** I, II e IV.

QUESTÃO 62

Na audiência de instrução e julgamento de uma reclamação trabalhista, após a qualificação da única testemunha arrolada pelo reclamante, a qual havia trabalhado com ele na empresa demandada, esta apresentou contradita sob a alegação de que a testemunha também havia ajuizado contra ela reclamação trabalhista, fato que, segundo a companhia, geraria sua suspeição.

Nessa situação hipotética, a contradita apresentada deverá ser

- A** deferida, sob o argumento de que trabalhar na mesma empresa pressupõe amizade íntima, também levando à suspeição.
- B** indeferida, pois o fato de a testemunha ter ajuizado a reclamação trabalhista constitui causa de impedimento, e não de suspeição.
- C** indeferida, por se tratar da única testemunha do reclamante, de modo que acatar a suspeição consistiria em ofensa ao contraditório e à ampla defesa.
- D** deferida, pois o fato de a testemunha ter ajuizado reclamação trabalhista contra a reclamada torna questionável, como meio de prova, o depoimento dela.
- E** indeferida, haja vista que o simples fato de litigar contra a mesma reclamada não é razão suficiente para gerar suspeição.

QUESTÃO 63

Um empregado eleito membro da CIPA foi demitido durante a vigência de seu mandato, razão pela qual, ainda no período de estabilidade legal, ajuizou reclamação trabalhista na qual requereu, em sede liminar, a reintegração ao emprego. O pedido de tutela provisória de reintegração foi deferido pelo juízo em sentença.

Nessa situação hipotética, o meio adequado para a impugnação da tutela provisória concedida é o(a)

- A** ação anulatória.
- B** ação cautelar.
- C** mandado de segurança.
- D** recurso ordinário.
- E** ação rescisória.

QUESTÃO 64

À luz do entendimento do TST, é correto afirmar que, nas ações rescisórias no processo do trabalho,

- A** não é considerada pronunciada explicitamente a matéria quando o tribunal simplesmente a confirma ao examinar remessa de ofício.
- B** o ajuizamento do processo poderá ser feito diretamente pela parte que tenha interesse, com fundamento no *jus postulandi*.
- C** a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda é indispensável ao processamento da ação, sob pena de indeferimento liminar da inicial.
- D** são atacados os atos decisórios acobertados pela coisa julgada, de modo que, nelas, a revelia não gera confissão.
- E** é incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, salvo se patrocinada por sindicato da categoria.

QUESTÃO 65

Foi ajuizada uma reclamatória trabalhista pleiteando-se, além das verbas rescisórias, o pagamento de adicional de insalubridade em virtude das condições de trabalho do estabelecimento empregador. Assim, foi determinada pelo juízo a realização de perícia técnica, sendo facultado o acompanhamento da diligência por assistente técnico. No início do trabalho, o perito observou que o local onde eram prestados os serviços pelo reclamante estava desativado, o que tornou inviável a realização da perícia determinada.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do TST,

- A** a perícia para avaliar a caracterização e a classificação da insalubridade deverá ser efetuada por qualquer médico ou engenheiro.
- B** embora a perícia seja obrigatória para a verificação da insalubridade, no caso de impossibilidade de sua realização por fechamento do local de trabalho, o magistrado poderá utilizar outros meios de prova.
- C** apesar de a perícia ser prova facultativa, a demanda prosseguirá com relação aos demais pedidos, e o pleito de adicional de insalubridade será julgado improcedente por falta de condições de sua comprovação.
- D** os honorários do assistente técnico deverão ser arcados pela parte sucumbente na perícia.
- E** o comparecimento do perito ao local da diligência gerará honorários periciais, os quais deverão ser suportados, na hipótese de o reclamante ser beneficiário da justiça gratuita, pelo estado no qual está sendo processada a reclamatória.

QUESTÃO 66

A câmara municipal de Aracaju, preocupada com o risco de acidentes ambientais e com a saúde da população, publicou uma lei decretando a impossibilidade, nos limites do município, de instalação de empresas que lidem com materiais nucleares, bem como de realização de atividades que envolvam esses materiais.

Nesse caso, considerando-se a legislação pertinente, a norma municipal publicada é

- A** constitucional, pois compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- B** inconstitucional, uma vez que a competência sobre o assunto é concorrente à União, aos estados e ao DF.
- C** inconstitucional, já que a competência sobre o assunto é supletiva dos estados.
- D** inconstitucional, haja vista que a competência sobre o assunto é privativa da União.
- E** constitucional, porque a competência sobre o assunto é concorrente à União, aos estados, ao DF e aos municípios.

QUESTÃO 67

Murilo recebeu como herança um imóvel rural localizado no bioma cerrado. Sem ter como explorá-lo economicamente de forma direta, buscou uma alternativa temporária para auferir do imóvel alguma renda. Assim, por instrumento particular, delimitou temporariamente uma área de sua propriedade, sobre cujo uso fez incidirem limitações, com a finalidade de preservar, conservar e recuperar os recursos naturais ali existentes.

Com relação a essa situação hipotética e à política nacional de meio ambiente, assinale a opção correta.

- A** Após um período de dez anos, o poder público terá direito de preempção sobre o bem imóvel referido.
- B** A área à qual incidem as limitações de uso deve corresponder a, no máximo, 35% do total da propriedade.
- C** Foi instituído, na área delimitada por Murilo, um direito de superfície.
- D** Foi instituída, na área delimitada por Murilo, uma servidão ambiental.
- E** Na área delimitada por Murilo, foi instituída uma reserva particular do patrimônio natural.

QUESTÃO 68

A área protegida possuidora ou não de vegetação nativa com o intuito de, além de garantir o bem-estar da população humana, preservar também a biodiversidade, a paisagem, os recursos hídricos e a estabilidade geológica, bem como assegurar a proteção do solo e facilitar o fluxo gênico da fauna e da flora, é denominada

- A** reserva biológica.
- B** reserva particular do patrimônio nacional.
- C** área de preservação permanente.
- D** reserva legal.
- E** área de proteção ambiental.

QUESTÃO 69

Determinada indústria têxtil elimina seus componentes químicos no rio que abastece uma cidade, alterando as características do meio ambiente e prejudicando a segurança e o bem-estar da população.

Nesse caso, o princípio ambiental que determina o dever da indústria de arcar com as consequências econômicas da atividade descrita é o princípio

- A da precaução.
- B da equidade intergeracional.
- C da prevenção.
- D do poluidor-pagador.
- E do usuário-pagador.

QUESTÃO 70

Caio deseja iniciar uma criação de pacas (*Cuniculus paca*), com um plantel de quatro animais, para o fornecimento de carnes a um mercado consumidor desejoso de novidades. Para tanto, Caio apresentou ao órgão ambiental competente um pedido de licenciamento ambiental.

Nesse caso, Caio poderá iniciar a atividade

- A automaticamente após apresentar aos órgãos responsáveis o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental.
- B imediatamente após a concessão do licenciamento ambiental por ele requerido.
- C imediatamente após protocolar o pedido de licenciamento ambiental no órgão competente.
- D automaticamente, após o prazo de cento e vinte dias, caso o órgão ambiental se mantenha omissivo na apreciação do pedido apresentado por ele.
- E imediatamente após protocolar novo pedido, a outro órgão ambiental, caso ocorra demora na análise do pedido apresentado originalmente.

QUESTÃO 71

Ao praticar conduta lesiva ao meio ambiente na esfera penal, uma pessoa jurídica

- A poderá ser responsabilizada, se a conduta for cometida por decisão do seu representante legal e em benefício da empresa.
- B poderá ser responsabilizada, embora o instituto da desconsideração da pessoa jurídica seja inaplicável aos crimes ambientais.
- C poderá ser responsabilizada, mesmo que o ato não tenha sido praticado para benefício econômico da empresa.
- D não poderá ser responsabilizada, caso o tipo penal seja praticado pelo sócio minoritário da empresa.
- E não poderá ser responsabilizada, se for truncada a ação penal direcionada contra pessoa física diretamente envolvida.

QUESTÃO 72

Considerando a teoria da personalização da sociedade empresária e a da desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir.

- I O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do MP e acarretará a dissolução ou liquidação da pessoa jurídica.
- II O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- III O administrador que tenha contribuído culposamente, de forma ilícita, para lesar a coletividade de credores de uma instituição financeira, mas sem auferir benefício pessoal, não poderá ser atingido propriamente pela desconsideração da personalidade jurídica.
- IV O contrato social das sociedades limitadas estabelecerá à sociedade uma natureza personalista caso determine que a cessão ou a alienação de quotas não será condicionada à audiência prévia dos demais sócios.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e IV.

QUESTÃO 73

É atividade que pode ser considerada invenção e, assim, passível de patenteamento

- A o desenvolvimento de técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos.
- B a indicação do genoma ou germoplasma dos seres vivos naturais.
- C a produção de obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas.
- D a formulação de regras de jogo.
- E a produção de fármacos com a anuência prévia da autoridade sanitária.

QUESTÃO 74

Em relação aos contratos mercantis, julgue os itens a seguir.

- I O atraso longo e habitual no pagamento das parcelas do prêmio ajustado em contrato de seguro é suficiente para a constituição da mora, ainda que não haja notificação prévia da seguradora.
- II A cobrança antecipada do valor residual garantido não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.
- III As cláusulas de exclusividade e de territorialidade são típicas de um contrato de *factoring*.
- IV Na hipótese de inadimplemento no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou medida judicial.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e IV.

QUESTÃO 75

Acerca dos contratos de seguro, é correto afirmar que

- A** a diminuição do risco no curso do contrato de seguro, em regra, acarreta a redução do prêmio estipulado.
- B** o segurador poderá pagar em títulos o prejuízo resultante do risco assumido, hipótese na qual o prêmio será pago em dobro.
- C** a recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo, mediante expressa cláusula contratual, só poderá operar uma única vez.
- D** o segurado poderá comunicar à seguradora o sinistro a qualquer tempo.
- E** a mora do segurador no pagamento do sinistro obriga à atualização monetária, mas não aos juros moratórios.

QUESTÃO 76

No que se refere ao direito falimentar, é correto afirmar que

- A** o juízo competente para julgar o pedido de falência é o do local do domicílio do credor.
- B** a sentença declaratória é pressuposto material objetivo da falência.
- C** cabe ao juiz analisar se o empresário se encontra em estado de insolvência.
- D** as sociedades cooperativas estão sujeitas à falência.
- E** o sujeito ativo da falência deverá ser, necessariamente, empresário.

QUESTÃO 77

Com relação ao empresário e aos prepostos, assinale a opção correta de acordo com a legislação pertinente.

- A** A inscrição do empresário na junta comercial é requisito para a sua caracterização.
- B** A lei prevê cobrança de multa do incapaz que exercer diretamente atividade própria de empresário.
- C** O gerente de empresa poderá delegar poderes de representação, uma vez que as prerrogativas a ele conferidas, embora pessoais, são transferíveis.
- D** No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante terceiros, pelos atos culposos.
- E** O empresário casado pode alienar os bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.

QUESTÃO 78

Determinado estado da Federação promulgou sua lei orçamentária anual, a qual teve sua constitucionalidade contestada em sede de controle abstrato de constitucionalidade, sob o argumento de que ela não teria dado oportunidade, na fase de elaboração do seu texto, de participação aos cidadãos, bem como que teria desrespeitado os marcos temporais do ciclo orçamentário estabelecidos pela lei estadual a que deu aplicação.

Quanto à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** É admissível, segundo entendimento do STF, o controle abstrato de constitucionalidade de lei orçamentária anual, independentemente do caráter abstrato ou concreto do seu objeto.
- B** A constitucionalidade da lei em questão não poderia ter sido questionada, uma vez que o orçamento participativo não tem previsão legal.
- C** A constitucionalidade da lei em apreço foi corretamente questionada, pois os estados devem cumprir o prazo de envio e devolução do projeto de lei orçamentária, sendo impedidos de fixar outros marcos temporais.
- D** A participação popular é prevista apenas na fase de discussão do projeto de lei orçamentária, não sendo extensiva à fase de elaboração do texto legal.
- E** A declaração de inconstitucionalidade da lei possibilitará a aplicação de lei municipal suplementar que verse sobre direito financeiro, mesmo que inexista interesse local.

QUESTÃO 79

Considerando as previsões constitucionais e legais relativas a despesas de pessoal, assinale a opção correta.

- A** Para a concessão de aumento na remuneração aos servidores públicos, é suficiente previsão na lei orçamentária anual.
- B** O percentual que limita as despesas de pessoal ativo somente poderá ser alterado por emenda constitucional.
- C** A exoneração de servidores públicos estáveis poderá ser executada apenas após a exoneração de todos os cargos em comissão e funções de confiança.
- D** O pagamento dos proventos de aposentados é classificado como despesas correntes de custeio.
- E** De acordo com a LRF, há diferença classificatória e de planejamento entre mão de obra terceirizada que substitua servidores e mão de obra da área-meio.

QUESTÃO 80

Afonso, que tem débito com a fazenda pública de seu estado e possui precatório a receber de empresa pública desse estado, a qual presta atividades típicas de Estado, terá cinquenta e cinco anos de idade no momento da execução do referido débito.

Nessa situação hipotética,

- A** o abatimento do débito de Afonso do valor do precatório poderá ser promovido pela fazenda pública estadual independentemente de lei específica sobre o ato.
- B** Afonso não poderá ter preferência na ordem de pagamento do precatório em razão de sua idade quando da expedição do precatório.
- C** será possível o fracionamento de precatório, caso Afonso venha a cumprir o requisito etário previsto na CF.
- D** caso seja feita a cessão de crédito do precatório, o cessionário poderá gozar da preferência etária eventualmente concedida a Afonso.
- E** o retardamento em determinar a inclusão do precatório no orçamento ensejará recurso à corte especial do tribunal, tendo em vista se tratar de ato judicial do presidente do órgão.

QUESTÃO 81

Com relação às transferências voluntárias, assinale a opção correta.

- A** As exigências estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias são suficientes para a realização de tais transferências.
- B** Essas transferências podem destinar-se ao pagamento de pessoal inativo do beneficiário.
- C** Um cadastro nacional possibilita a consulta de dados sobre restrições relativas aos beneficiários dessas transferências.
- D** As referidas transferências podem ser utilizadas para finalidade diversa da pactuada, caso haja fundado interesse público.
- E** Trata-se de repasses impositivos por força de dispositivo constitucional.

QUESTÃO 82

Quando decorrentes de operações de antecipação de receita orçamentária, as entradas de valores que integram o orçamento público

- A** são lançamentos dos juros que o Estado auferir como credor de empréstimos a terceiros.
- B** geram, em contrapartida, lançamento no passivo.
- C** são classificadas como receitas tributárias.
- D** podem ser consideradas receita, mas não ingresso.
- E** são classificadas como receita em sentido estrito.

QUESTÃO 83

As subvenções econômicas, sob a ótica da lei orçamentária — Lei n.º 4.320/1964 —, são classificadas como

- A** inversões financeiras.
- B** despesas de custeio.
- C** transferências de capital.
- D** transferências correntes.
- E** despesas de capital.

QUESTÃO 84

Do ponto de vista orçamentário, os empréstimos compulsórios com prazo de devolução superior a doze meses

- A** são classificados, quanto à entrada orçamentária, como receita corrente, por configurarem tributo.
- B** auferem valores que integram a dívida pública mobiliária.
- C** geram créditos exigíveis que integrarão a dívida ativa não tributária.
- D** são classificados como créditos públicos voluntários.
- E** integram o montante da dívida pública flutuante.

QUESTÃO 85

Acerca dos limites da despesa total de gastos com pessoal, assinale a opção correta.

- A** Os percentuais desses limites previstos na legislação incidem sobre a receita corrente nominal.
- B** Os percentuais de gastos para o MPU e o Poder Judiciário são equivalentes.
- C** Estão previstos na CF os percentuais referentes a esses limites.
- D** Os percentuais previstos para esses limites são os mesmos para cada ente federativo.
- E** São excluídas desses limites as despesas com indenização por demissão de servidores.

QUESTÃO 86

O princípio que, norteador a CF quanto à seguridade social, tem extrema relevância para o cumprimento dos objetivos constitucionais de bem-estar e justiça social, por eleger as contingências sociais a serem acobertadas e os requisitos para a garantia da distribuição de renda, é o princípio da

- A** diversidade da base de financiamento.
- B** universalidade da cobertura e do atendimento.
- C** uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.
- D** seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- E** equidade na forma de participação no custeio.

QUESTÃO 87

Se um empregado de determinada empresa, filiado ao RGPS há dois anos, sofrer acidente de trânsito que o incapacite temporariamente para o exercício de atividade laboral, a ele será assegurado o direito

- A** a aposentadoria por invalidez, que, por sua natureza, independe de carência, e cujo valor será acrescido de 50% no caso de necessidade de assistência permanente.
- B** ao auxílio-doença, que consiste em uma renda mensal correspondente a 91% do salário-de-benefício.
- C** ao recebimento de auxílio-doença, desde o primeiro dia de afastamento da atividade e pelo período que durar a sua incapacidade.
- D** ao benefício do auxílio-acidente, de caráter vitalício, caso o acidente tenha ocorrido em horário de trabalho.
- E** a receber benefício durante a licença pela incapacidade temporária, sendo esse período descontado do tempo de contribuição.

QUESTÃO 88

De acordo com o RPPS, julgue os itens a seguir.

- I O tempo de serviço em atividade privada vinculada à previdência social será contado somente para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- II A concessão de aposentadoria por invalidez permanente ao servidor independe do cumprimento de tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público.
- III Mesmo quando cumpridos os requisitos para o recebimento de aposentadoria no RPPS e no RGPS, é vedado o recebimento cumulativo de proventos oriundos dos dois regimes.
- IV Os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo RPPS são sempre imunes à incidência de contribuição.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 89

O sistema de custeio da seguridade social é

- A composto pela contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos, mas não pela remuneração recebida por serviços de arrecadação prestados a terceiros.
- B composto, no âmbito da União, por recursos adicionais do orçamento fiscal fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- C assegurado pela contribuição empresária, que é calculada, entre outras, sobre as remunerações pagas aos trabalhadores avulsos prestadores de serviços, deles excluídos os segurados contribuintes individuais.
- D composto, na esfera federal, somente por receitas da União e das contribuições sociais.
- E assegurado também pela participação do empregado, cujo salário-de-contribuição é reajustado anualmente pelos mesmos índices do salário mínimo vigente no país.

QUESTÃO 90

A respeito das reformas e regras atinentes ao RGPS e ao RPPS, assinale a opção correta.

- A No RPPS, apesar do advento de emendas constitucionais que reformaram regras de concessão e de cálculo de benefícios, ficou mantido o direito à paridade remuneratória entre ativos e inativos.
- B É viável a criação, majoração ou extensão, por lei, de benefícios e serviços da seguridade social, desde que apresentada a fonte de seu custeio total.
- C É vedada, em ambos os regimes previdenciários e sem ressalvas, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias.
- D É garantido, no âmbito do direito previdenciário, o direito adquirido a regime jurídico previdenciário.
- E A pensão por morte, no RGPS, passou a ser devida em caráter vitalício ao cônjuge/companheiro do segurado, independentemente do tempo de contribuição do falecido.

QUESTÃO 91

O regime de previdência complementar pode ser constituído

- A por entidades abertas, que podem instituir planos de benefícios coletivos, garantidos aos empregados de um mesmo empregador, sem possibilidade de alcançar empresas àquele coligadas.
- B por entidades abertas e fechadas, que têm de assegurar aos participantes o direito à portabilidade, inclusive com a transferência de recursos financeiros entre os participantes.
- C sob o modelo de regime de repartição de reservas e tem caráter eminentemente facultativo.
- D por entidades abertas, estas sempre sob a forma de sociedade anônima, sendo acessível a quaisquer pessoas físicas.
- E por entidades fechadas, que devem prever os institutos do resgate e da portabilidade, mesmo se o participante não cessar o vínculo empregatício com o patrocinador.

QUESTÃO 92

Fernando, beneficiário de aposentadoria por idade sob o RGPS desde janeiro de 2010, pretende ajuizar uma ação pleiteando a revisão do referido benefício em novembro de 2017.

Nessa situação hipotética,

- A Fernando poderá fundamentar o pedido de revisão de aposentadoria no direito à conversão do tempo de trabalho em condições especiais, como na hipótese do exercício de atividades rurais.
- B Fernando poderá pleitear o recálculo do benefício considerando as contribuições recolhidas entre fevereiro de 2010 e novembro de 2017.
- C se for impetrada, a ação será julgada extinta com resolução do mérito, em decorrência da prescrição do fundo de direito, que terá aniquilado o seu direito à revisão pretendida.
- D se for impetrada, a ação será julgada extinta com resolução do mérito, pois seu direito à revisão terá sido atingido pelo instituto da decadência.
- E Fernando não precisará comprovar o indeferimento, pelo INSS, de requerimento administrativo prévio sobre o assunto, salvo se a revisão depender da análise de matéria de fato ainda não apreciada pela previdência social.

QUESTÃO 93

Considerando-se as limitações ao poder de tributar previstas no texto constitucional, é juridicamente admissível que um ente público estadual institua a cobrança de

- A ICMS incidente sobre a comercialização de jornais impressos.
- B ICMS com alíquotas diferenciadas em razão da ocupação profissional do contribuinte.
- C taxa referente a um serviço prestado à União.
- D taxa a ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que for publicada a lei que a instituir.
- E IPVA incidente sobre veículos terrestres pertencentes ao poder público municipal e utilizados para transportar autoridades.

QUESTÃO 94

A principal distinção entre imunidade tributária e isenção tributária é que

- A** as imunidades estão expressamente previstas na CF e nas leis; e as isenções se referem a fatos não abrangidos pela hipótese de incidência.
- B** as imunidades estão previstas na CF; e as isenções, no texto infraconstitucional.
- C** as isenções estão previstas na CF; e as imunidades, no texto infraconstitucional.
- D** as imunidades se referem ao aspecto subjetivo do contribuinte; e as isenções, ao elemento objetivo do fato gerador.
- E** as isenções se referem ao aspecto subjetivo do contribuinte; e as imunidades, ao elemento objetivo do fato gerador.

QUESTÃO 95

Pedro, contribuinte do ICMS, omitiu a venda de certas mercadorias na declaração prestada ao fisco, referente ao lançamento desse tributo. Dessa forma, deixou de recolher o ICMS devido no prazo legal.

Efetuada o lançamento definitivo do tributo, permanecendo Pedro inadimplente, o auditor responsável elaborou uma representação fiscal para fins penais, enquadrando a conduta de Pedro como crime contra a ordem tributária, previsto na legislação pertinente (Lei n.º 8.137/1990).

Em sua defesa, Pedro alegou a inconstitucionalidade da referida normativa, sustentando que a CF veda a prisão por dívida, com a única exceção do devedor de alimentos.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência do STF, o argumento de defesa apresentado por Pedro é

- A** apropriado, já que a CF se opõe à criminalização do contribuinte pela simples omissão de rendimentos.
- B** adequado, pois a CF proíbe a aplicação de pena de prisão a mero inadimplemento cível, a ser cobrado mediante execução fiscal.
- C** inconsistente, em razão da constitucionalidade da Lei n.º 8.137/1990, que prevê a prisão apenas por crimes materiais.
- D** inconsistente, em razão da constitucionalidade da Lei n.º 8.137/1990, que autoriza a prisão pela natureza penal dos crimes contra a ordem tributária, não sendo esse fato hipótese de prisão civil por dívida.
- E** adequado, uma vez que a CF veda a prisão criminal por dívida, mesmo que esta seja oriunda de não pagamento de tributo.

QUESTÃO 96

Os tributos cuja instituição compete aos municípios incluem o

- A** ITBI, o IPI e o IPVA.
- B** ITR, o ITCMD e o IPI.
- C** ITBI, o IPVA e o ITCMD.
- D** IPTU, o ITR e o ISSQN.
- E** IPTU, o ITBI e o ISSQN.

QUESTÃO 97

Uma lei estadual indicou autoridade competente para estabelecer condições que possibilitassem ao contribuinte e à fazenda pública estadual negociar o encerramento de litígios judiciais e administrativos acerca de determinada questão tributária. A referida norma estabeleceu que as partes deveriam fazer determinadas concessões mútuas com o objetivo de alcançar a extinção do crédito tributário.

A negociação objeto da situação hipotética apresentada é um exemplo de

- A** compensação.
- B** anistia.
- C** moratória.
- D** remissão.
- E** transação.

QUESTÃO 98

Um devedor tributário, devidamente citado em execução fiscal, não pagou nem apresentou bens à penhora no prazo legal.

Nesse caso, considerando-se as garantias e os privilégios do crédito tributário, a declaração da indisponibilidade dos bens do devedor prevista no CTN dependerá da demonstração do esgotamento das diligências para a localização de bens penhoráveis.

Segundo a jurisprudência do STJ, o esgotamento dessas diligências caracteriza-se pela

- A** comprovação da tentativa ou consumação de alienação ou oneração de bens ou rendas após a inscrição em dívida ativa, como acontece na medida cautelar fiscal.
- B** diligência da fazenda pública em demonstrar ter realizado buscas razoavelmente exigíveis, já que inexistente na jurisprudência um rol mínimo de diligências a serem realizadas.
- C** existência de pedido e determinação, nos autos, de constrição sobre ativos financeiros via BacenJud, expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado e ao Departamento Nacional — ou estadual — de Trânsito.
- D** existência de pedido e determinação, nos autos, de constrição sobre ativos financeiros via BacenJud, expedição de ofícios aos registros de imóveis do local de residência do executado e da sede da comarca e da capital da respectiva unidade da Federação.
- E** simples inexistência de pagamento ou de oferecimento de bens à penhora no prazo legal da contestação, como ocorre na medida cautelar fiscal.

Espaço livre

QUESTÃO 99

Considerando as normas do regime tributário do SIMPLES Nacional e o disposto no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — Lei Complementar n.º 123/2006 —, julgue os itens a seguir.

- I A empresa individual de responsabilidade limitada não pode ser enquadrada como microempresa para efeito de adesão ao SIMPLES Nacional.
- II Para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária deve, em cada ano-calendário, ter receita bruta inferior a determinado montante legal, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais eventualmente concedidos.
- III O recolhimento de tributo pelo regime especial unificado de arrecadação do SIMPLES Nacional não exclui a incidência do ICMS devido nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Estão certos apenas os itens I e II.
- C** Estão certos apenas os itens I e III.
- D** Estão certos apenas os itens II e III.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 100

Uma certidão positiva com efeitos de negativa consiste em

- A** documento administrativo que indica a existência de créditos inexigíveis ou que já estão garantidos, embora não sirva para a comprovação de regularidade do pagamento de tributos.
- B** certidão judicial que indica a existência de créditos exigíveis e não garantidos, apesar de não servir para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo.
- C** certidão judicial usada para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos vencidos e exigíveis.
- D** documento administrativo utilizado para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo, ainda que indique a existência de créditos garantidos ou inexigíveis.
- E** certidão administrativa ou judicial que serve para a comprovação de regularidade do pagamento de determinado tributo e que certifica a existência de créditos exigíveis e não adimplidos, mesmo sem garantia.